CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 32 Setembro – Outubro de 2008

Encontro Nacional em Viseu

26º Aniversário
PARABÉNS, AACDN!

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Boletim Informativo da AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Cidadania e Defesa

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888 Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site - **www.aacdn.pt**

Ficha Técnica

Direcção
Joaquim Silveira Sérgio

Edição
Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Industrial, Lote 41 - D - 2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559 E-mail:geral@graficacentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Depósito Legal nº 260726/07

Nº 32 Setembro – Outubro de 2008

Sumário

3 | Editorial

5 | Ministro da Defesa Nacional – Jaime Gama

6 | Missões de Paz das Nações Unidas oportunidades e desafios actuais

10 | O Turismo como estratégia de Defesa Nacional

14 | Encontro Nacional em Viseu

18 | Na Gávea da Nau – A Escola em Crise de Identidade

20 | Um balanço sobre as actividades das Nações Unidas

24 | Acontecimentos & Actualidades

26 | UmDeCadaVez (Horácio Maia e Costa)

Capa – Azuleijos do Rossio - Foto da CMViseu

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

De desilusão em desilusão, fomos preenchendo o tempo que normalmente é destinado à recarga das energias, como diriam os mais antigos antes do entendimento da biunivocidade, do corpo e da mente-espírito. Acontece que, neste tempo de veraneio, e sem que dela tivéssemos a devida conta, perpassou por nós uma série que tem por título *O Verão do Nosso Descontentamento*, neste momento já com episódios mais actualizados. Só fazemos votos para que não se torne em mais uma série de culto.

Não dizemos isto por espírito derrotista, catastrofista, e, muito menos, alarmista. No entanto, não podemos deixar de concluir que raros foram os momentos – neste chegado pretérito – que nos possibilitaram algumas alegrias para mais tarde recordar.

Com a economia a evoluir ao retardador, com as empresas a falirem e, consequentemente, a fecharem, aumentando o coro dos portugueses em dificuldade; com o aumento da insegurança, configurada na deriva do crime violento; com as desculpas egocêntricas de uma parte da banca e das gasolineiras, quanto ao facto de não poderem baixar, respectivamente, o juro dos empréstimos e o preço ao consumidor dos produtos petrolíferos, não se pode dizer que o desempenho luso tenha sido exemplar. Contudo, o tempo lá se foi escoando até ao tropeção no turbilhão financeiro, já há algum tempo sussurrado (a medo) por putativos entendidos na matéria, mas sem que os mesmos, directamente, ou por interpostas pessoas, se tivessem inequivocamente feito ouvir.

E como não há milagres…ainda que alguém tivesse procurado, acredito que com os melhores propósitos, esconjurar o que era por demais óbvio, a crise ribombou também em cima de todos nós!

Uma coisa é certa. A crise, ainda que de contornos etiológicos e etológicos não totalmente esclarecidos, não aconteceu por acaso ou por geração espontânea, teoria deveras anterior às doutrinas transformistas do lamarkismo e do darwinismo do século XIX. Mas, como se não bastasse o que paradigmaticamente está à vista de todos nós, na dialéctica de alguns responsáveis políticos e empresariais, não só de âmbito internacional como nacional, continuam a existir dois pesos e duas medidas e a não existir a seriedade de princípios. Numa palavra, o que se verifica à míngua no *cogitus* dessas entidades, há muito despojada de valor, neste mundo hodierno, dá-se pelo nome de Ética.

Não basta clamar que se vive em democracia e que o mercado deve funcionar livremente. A democracia pratica-se e vivencia-se, até em pequenos pormenores, e o mercado, tanto quanto eu saiba, vive e evolui por vontade do Homem e não por qualquer outra causa críptica ou subordinada a complicadas equações da mecânica celeste…

A democracia, tal como o mercado, deve assentar na verdade e na justiça, mesmo que estas, por vezes, se mostrem incómodas e inconvenientes... e não no domínio a qualquer preço por quem, no momento, apresenta maiores capacidades económicas.

A plena democracia potencia-se na liberdade com responsabilidade e na partilha dos bens, consoante o investimento efectuado – a nível educativo, económico, no desempenho e nas responsabilidades relativas a esse desempenho.

O enviesamento destes procedimentos significa um retrocesso na evolução humana, aproximando-nos mais do tempo dos simples hominídeos predadores.

Esperemos, tal como Aristóteles afirmava, que o ser humano seja, no fundo, um animal pensante, uma criatura/individualidade cuja característica distinta e o principal mecanismo de sobrevivência seja a sua capacidade de considerar o mundo de uma forma racional.

Preparamo-nos, uma vez mais, para o nosso Encontro, este ano realizado na Beira Alta, na cidade de Viseu, focalizando *a Interioridade, o Desenvolvimento e o Ordenamento do Território*. O mesmo pretende levar a todos os Associados um olhar mais profundo acerca da problemática das nossas mais profundas raízes, do nosso *Interior* – do que existe e dos seus constrangimentos, e da sua tão almejada evolução.

Estamos certos de que os especialistas nossos convidados nos irão traçar uma panorâmica, o mais abrangente e actual possível, dos aspectos reais, mas por vezes tão ignorados por parte do nosso conhecimento colectivo do que é na realidade esta parte do nosso País.

Joaquim Silveira Sérgio

Ministros da Defesa Nacional dos Governos Constitucionais pós-25 de Abril

Jaime Gama
(XIII Governo Constitucional)

Nome: Jaime José Matos da Gama
Data de nascimento: 8 de Junho de 1947
Naturalidade: Fajã de Baixo, Ponta Delgada
Pai: Jaime Rosa Ferreira da Gama
Mãe: Lucília Vaz do Rego de Matos
Estado civil: casado com Alda Taborda
Número de filhos: 1

O actual Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, é licenciado em Filosofia pela Universidade Clássica de Lisboa. Possui o Curso Complementar de Ciências Pedagógicas, tendo leccionado no ensino secundário e superior. A sua actividade política teve início ainda nos Açores, em manifestações contra o antigo regime. Foi preso pela PIDE em 1965 e 1970. Em 1968, aderiu à Acção Socialista Portuguesa (ASP), juntamente com Alfredo Barroso. No ano seguinte, candidatou-se à Assembleia Nacional, pela Comissão Eleitoral de Unidade e, entre 1971 e 1972, após a partida de Mário Soares para o exílio, foi secretário-geral adjunto da ASP. É membro fundador do Partido Socialista e seu militante n. º 41.

A 25 de Abril de 1974, encontrava-se a prestar serviço militar na Figueira da Foz. Depois da revolução, foi colocado a dirigir os serviços de informação da Emissora Nacional, iniciando-se, assim, na actividade jornalística. Em 1975, foi eleito deputado pelos Açores e presidiu à Comissão dos Assuntos das Regiões Autónomas, na Assembleia Constituinte, até 1976. Seguiu-se a presidência da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros (1976-1978) e a pasta da Administração Interna, do II Governo Constitucional. Integrou o governo do Bloco Central como Ministro dos Negócios Estrangeiros, pela primeira vez, entre 1983 e 1985. Foi candidato à liderança do partido contra Vítor Constâncio e Jorge Sampaio, respectivamente, em 1986 e 1988.

Entretanto, presidiu, desde 1985 até 1991, à Comissão Parlamentar de Defesa Nacional. Em 1995, com a vitória de António Guterres, regressou à pasta dos Negócios Estrangeiros e sobe a "número dois" do executivo, com a saída de António Vitorino, em Novembro de 1997. Nesta condição, tem um papel fundamental no processo de independência de Timor e na organização da cimeira da OSCE, em Lisboa. A demissão de Veiga Simão do cargo de Ministro da Defesa, fá-lo acumular ambas as pastas. Em 25 de Outubro de 1999,tomou posse o XIV Governo Constitucional, novamente chefiado por Guterres. Jaime Gama deixou então a pasta da Defesa para assumir o cargo de Ministro de Estado, mas manteve-se como Ministro dos Negócios Estrangeiros, até ao início do XV Governo Constitucional, a 6 de Abril de 2002. Foi, ainda, Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus e Política Externa, entre 2002 e 2005. É, desde então, Presidente da Assembleia da República, membro do Conselho de Estado (por inerência) e das comissões nacional e política do PS. Os seus discursos, conferências e entrevistas, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, estão compilados na obra *Política Externa Portuguesa* (1983-1985, 1995-1999, 1999-2000).

Principais medidas enquanto MDN

As missões das Forças Armadas Portuguesas no estrangeiro foram objecto de diversa legislação publicada durante a tutela de Jaime Gama na pasta da Defesa, nomeadamente: a prorrogação da duração da missão das Forças Armadas Portuguesas da SFOR, na Bósnia-Herzegovina (Portaria n.º 565/99); a criação de um seguro de vida para os militares integrados em missões de paz e humanitárias fora do território nacional (Decreto-Lei n.º 348/99) e respectiva regulamentação (Portaria n.º 905/99); e a autorização concedida ao Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas para aprontar, sustentar e empregar as Forças para a missão no Kosovo (KFOR).

Foram também importantes: o Decreto-Lei n.º 328/99, que estabelecia o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato dos três ramos; a Lei do Serviço Militar (n.º 174/99); e a quinta alteração à Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei Orgânica n.º 3/99), em vigor desde 1982.

Pouco tempo após a sua tomada de posse como Ministro da Defesa, a Assembleia da República aprovou as "medidas tendentes à revisão da situação de militares que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974", através da Lei n.º 43/99.

Autora

Tenente Ana Dias, Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do MDN, Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP

Missões de Paz das Nações Unidas

oportunidades e desafios actuais

A evolução das missões de paz das Nações Unidas e as dinâmicas actuais têm contribuído para a institucionalização destas missões no quadro da política externa dos estados. Por um lado, a regionalização das missões de paz está associada à tendência crescente para estados individuais ou grupos de estados liderarem ou estabelecerem estas missões. Por outro lado, os centros de treino e formação de *peacekeeping* têm ganho relevância como um elemento de política externa. Este processo de institucionalização tem criado as condições para uma abordagem mais proactiva dos países contribuidores levando a um planeamento e participação mais coerente, flexível e estável. No entanto, este processo cria também a possibilidade das missões de paz serem instrumentalizadas através de uma apropriação da natureza e funções destas missões por parte dos estados contribuidores, desafiando a legitimidade das mesmas no quadro das Nações Unidas. Assim, este processo de institucionalização constitui simultaneamente uma oportunidade e uma ameaça, que este artigo analisa.

Regionalização, privatização e centros de treino e formação de *peacekeeping*

A criação de missões de paz regionais contribui para uma abordagem menos *ad hoc* e mais planeada, sendo reforçada por um processo de descentralização, resultante, em parte, das recomendações do Relatório Brahimi. Esta descentralização prevê que estados individualmente, ou em colaboração com outros estados, ou mesmo organizações internacionais possam criar, liderar ou coordenar missões de paz das Nações Unidas. Este processo facilita a possibilidade de estes actores estabelecerem missões de paz apenas com as suas próprias contribuições. Ou seja, independentemente das mesmas serem estabelecidas dentro ou fora do quadro das Nações Unidas, as missões de paz resultantes são da total responsabilidade desses mesmos actores, levando a uma regionalização das intervenções. Regionalização, neste sentido, não significa necessariamente que as operações são dirigidas apenas a determinadas regiões, mas antes que estas missões são constituídas ao nível regional (mantendo a possibilidade de operações fora dessa região). Veja-se, por exemplo, as missões de paz lideradas e constituídas apenas por países-membros da União Europeia ou as estabelecidas pela ECOWAS, com responsabilidades em África.

Este processo de regionalização tornou-se uma alternativa a uma Organização das Nações Unidas sobrecarregada, permitindo encontrar recursos humanos e materiais alternativos. No entanto, a forma como estes arranjos regionais e as Nações Unidas se relacionam nem sempre é clara, com vários destes actores a desenvolverem actividades não sancionadas pelas Nações Unidas. A operação da ECOWAS na Costa do Marfim é um exemplo desta ambiguidade. Esta hipótese sugere que em vez de actuarem de forma complementar ao sistema de segurança colectiva das Nações Unidas, estes arranjos regionais possam tornar-se agentes locais

... é a 'privatização' das missões de paz através da subcontratação de empresas privadas fornecedoras de serviços militares. Esta opção constitui uma demonstração clara da falta de vontade política dos estados para assumirem as suas responsabilidades na promoção da paz através destas missões

... esta tendência para a institucionalização tem o potencial de distorcer os princípios e propósitos das Nações Unidas para os quais as missões de paz foram criadas em primeira instância

de interesses particulares,[1] não necessariamente interferindo no sucesso das missões.

Uma outra questão normalmente associada ao processo de regionalização das missões de paz prende-se com a desigualdade das capacidades dos actores para o estabelecimento destas missões. Isto pode significar que menos atenção é dada a áreas menos favorecidas do mundo. Simultaneamente, também pode implicar que haverá intervenção em regiões onde as Nações Unidas, por diferentes razões, não têm podido intervir. Em suma, assim como ao nível das Nações Unidas a vontade política dos estados é essencial, ao nível regional a mesma lógica se aplica.

Um dos temas mais polémicos associados ainda ao processo de regionalização é a 'privatização' das missões de paz através da subcontratação de empresas privadas fornecedoras de serviços militares. Esta opção constitui uma demonstração clara da falta de vontade política dos estados para assumirem as suas responsabilidades na promoção da paz através destas missões. Normalmente, estas empresas oferecem serviços de aconselhamento técnico, apoio logístico e serviços de segurança. Disponbilizam ainda recursos humanos para integrarem estas missões, sendo esta contribuição entendida por vários estados como mais eficiente do que o envio do seu pessoal militar. Se, por um lado, esta alternativa pode implicar flexibilidade, uma resposta rápida, e uma forma de ultrapassar a letargia dos estados, por outro, pode contribuir para a desresponsabilização dos estados, levando a menos regulação e a um menor escrutínio democrático.

O compromisso alargado com treino e formação na área do *peacekeeping* tem contribuído para a institucionalização destas missões. Apesar deste treino e formação serem apenas um elemento adicional ao currículo dos militares que participam em missões de *peacekeeping* demonstra a preocupação por um treino e formação específicos, em consonância com as recomendações do Relatório Brahimi. Vários países têm já em curso programas de treino e formação desde o início de 1990, como a Noruega e o 'Programa de Formação para a Paz', ou o 'Centro de Formação para a Manutenção da Paz Kofi Annan' no Gana, mas a reunião do G8 em Sea Island, nos Estados Unidos, foi central a todo este processo. O Plano de Acção intitulado 'Expandindo a Capacidade Global para Missões de Apoio à Paz' assentou em compromissos previamente assumidos e abordou a questão da formação específica de pessoal para estas missões. Os compromissos incluem "formação, e quando apropriado, equipamento de aproximada-

mente 75,000 tropas em todo o mundo até 2010", com "um enfoque claro em África".[2]

Desafios da institucionalização das missões de paz

Esta tendência para a institucionalização permite uma abordagem proactiva dos países contribuidores. Isto significa que com estruturas regionais institucionalizadas e *peacekeepers* especificamente treinados é mais fácil para os actores decidirem em tempo útil onde, quando e como participar. Aém do mais, esta proactividade pode traduzir-se em missões mais coerentes, flexíveis e estáveis. Coerência refere-se à existência de regras comuns que os centros de treino e formação socializam, ultrapassando a questão recorrente de sobreposição/desconexão no seio das missões de paz devido a culturas e estruturas de comando distintas. Flexibilidade tem a ver com a prontidão da resposta, permitindo uma contribuição mais rápida e talhada a situações diferenciadas. Por exemplo, os Estados Unidos formaram, sob a égide da Iniciativa de Missões de Paz Globais, 39.518 *peacekeepers* em todo o mundo.[3] Estabilidade resulta da existência de uma força militar especificamente treinada para *peacekeeping*, eventualmente ultrapassando a forma *ad hoc* como estas missões têm genericamente sido preparadas. Com flexibilidade e forças específicas para missões de paz existe a possibilidade de intervenção antecipada num contexto de escalada de tensão, contribuindo para a promoção da paz e prevenção da violência.

Contudo, esta tendência para a institucionalização tem o potencial de distorcer os princípios e propósitos das Nações Unidas para os quais as missões de paz foram criadas em primeira instância. A regionalização pode facilmente contribuir para a robustez militar, mas também para a instrumentalização das forças de *peacekeeping*, minando a legitimidade das missões de paz a nível mundial. Esta instrumentalização pode pôr em risco a coerência acima mencionada, dando lugar a uma apropriação regional e nacional da linguagem de *peacekeeping* de modo a enquadrar algumas intervenções militares. Apesar de terem contornos diferenciados, podemos mencionar, por exemplo, a missão ECOWAS na Costa do Marfim ou a mais recente missão russa na Geórgia. Acresce ainda que se verifica um desajuste entre o número de *peacekeepers* treinados especificamente para estas missões e os que

... esta institucionalização das missões de paz como um objectivo claro de política externa permanece um desafio para o sistema colectivo de segurança

são enviados para o terreno, os quais são substancialmente inferiores aos primeiros. Este facto pode estar associado às diferentes motivações de cada país para o envio do seu pessoal para treino específico em *peacekeeping*. Nomeadamente a oportunidade de treino específico adicional de forças militares e a manutenção de interesses nacionais na selecção das missões em que participam. Assim, esta institucionalização das missões de paz como um objectivo claro de política externa permanece um desafio para o sistema colectivo de segurança..

Fotos © Lusa

Autoras

Maria Raquel Freire, Doutorada em Relações Internacionais pela Universidade de Kent, Reino Unido.

Paula Duarte Lopes, Doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Johns Hopkins, Estados Unidos da América.
Professoras de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

[1] Bellamy, Alex e Williams, Paul (2004) "Conclusion: What Future for Peace Operations? Brahimi and Beyond" *International Peacekeeping* 11(1): 194.

[2] G8 (2004) *G8 Action Plan: Expanding Global Capability for Peace Support Operations*. Sea Island, United States of America.

[3] GAO (2008) *Peacekeeping: Thousands Trained but United States Is Unlikely to Complete All Activities by 2010 and Some Improvements Are Needed.* Washington, D.C.: US Government Accountability Office (GAO-08-754): 48.

O Turismo como estratégia de Defesa Nacional

O turista tradicional quer viajar em paz para sítios calmos e seguros; é essa a grande arma que Portugal tem. É a sua ainda reconhecida Segurança que distingue o nosso País dos mais directos concorrentes

O Turismo é um forte aliado do desenvolvimento económico e social das economias mundiais. A sua importância no contexto sectorial nacional e a sua dimensão são um forte dispositivo de Defesa Nacional no sentido macroeconómico, uma vez que outros países, outros destinos, farão tudo o que estiver ao seu alcance para criarem os meios que nos desviem os turistas, que normalmente seriam nossos "clientes".

É aqui, neste ponto importantíssimo, que temos todos que estar alerta, criando condições para um turismo de qualidade, que contribua para o equilíbrio das nossas contas públicas e que nos torne definitivamente um destino turístico privilegiado, pelo menos na Europa.

O conceito de Defesa Nacional não tem necessariamente que estar associado com a defesa militar.

Com efeito, a tendência para ligar esse conceito somente às Forças Armadas é extremamente redutora, na medida em que toda a actividade económica, social, política e até religiosa, que se veja ameaçada pela concorrência estrangeira, é constituída por factores a serem encarados num contexto mais amplo de Defesa Nacional.

A evolução do nível de vida das populações e a possibilidade de concretização das suas necessidades básicas fazem com que surja inevitavelmente o desejo de viajar, de conhecer novos mundos, de contactar com outros povos, ou civilizações. É nesta valência do contacto entre civilizações que devemos estar atentos, não cedendo à tentação de focalizar a nossa experiência e tradição de bem receber, numa vertente economicista, esquecendo outros factores relevantes nos tempos que correm e que se prendem com o ambiente, qualidade e desenvolvimento económico sustentado.

Com efeito, a realidade económica existente, principalmente do mundo desenvolvido, faz com que o turismo se prefigure como um dos sectores de maior dimensão na economia mundial e com os mais elevados índices de crescimento em termos de valor acrescentado e criação de postos de trabalho. Este crescimento só será comparável ao das indústrias de telecomunicações e de tecnologias de informação, o chamado "e-business".

O Turismo é um elemento chave na sociedade e na economia de Portugal, que, cada vez mais, faz parte do nosso quotidiano e da nossa qualidade de vida, sendo determinante para o desenvolvimento económico, mobilizando o apoio de diversas actividades e a acção coordenada dos sectores público e privado. O empenhamento e reconhecimento de todos no seu posicionamento estratégico são, obviamente, um factor de Defesa Nacional.

Tendo em atenção que o conceito básico de *soft power* é a capacidade de atrair e influenciar os outros para actuarem como queremos, utilizando meios inteligentes e subtis, que não estejam forçosamente ligados com o uso da força, este (*soft power)* enquadra-se perfeitamente na nossa visão para aumentar as vantagens económicas da vertente turística.

É neste sentido que – através do estabelecimento de estruturas de turismo de qualidade, aliadas a uma boa orquestração de campanhas de promoção e *marketing* – conseguiremos atrair para o nosso País um tipo de turistas de nível sócio-económico e cultural elevado, que normalmente rumariam para outras paragens.

Concomitantemente, há que ter presente os seguintes factores dinamizadores do Turismo:

O desenvolvimento de uma maior convergência e, tanto quanto possível, a harmonização dos sistemas fiscais e a redução dos encargos sobre a mão-de-obra, no sentido da aplicação de taxas que suportem a expansão da actividade turística e o crescimento do emprego;

A promoção de empresas turísticas em redes já existentes apoiadas pela Comunidade Europeia;

A promoção de "Centros de Consultoria Turística" e de instrumentos de base voltados para as empresas, de forma a fornecer-lhes informação actualizada sobre aspectos da regulamentação e sobre o financiamento ao Turismo;

O lançamento de uma iniciativa comunitária que promova o desenvolvimento de empresas turísticas inovadoras, concebidas por jovens empresários, com o fim de promover novas atracções turísticas;

O desenvolvimento de uma cooperação mais eficaz entre os representantes da indústria turística, incluindo os parceiros sociais, e os principais decisores, em relação a medidas susceptíveis de afectar o desenvolvimento turístico;

A preparação e divulgação de um relatório sobre a estrutura, o desempenho e a competitividade do Turismo europeu, relatório a ser regularmente

actualizado e que serviria como base para uma análise anual, pelo Conselho de Ministros, das iniciativas necessárias a nível da Comunidade e dos Estados-membros;
O limite dos impostos e taxas aplicáveis aos serviços turísticos e, onde tal for aplicável, a utilização das receitas conexas de forma transparente para melhorar o investimento no Turismo;
No que respeita à taxa de IVA, o dever de tender para a existência de uma taxa única, no mesmo nível dos nossos concorrentes directos (Espanha e França);
A promoção de mais eventos de nível internacional em que a marca *Portugal* seja mediatizada com a realização de campanhas de promoção menos genéricas, mais especializadas e capazes de atingir com precisão os segmentos específicos;
A atribuição de prioridade absoluta a um maior conhecimento dos mercados emissores de turistas;
A manutenção de, junto dos países tradicionais "exportadores" de turistas para Portugal, isto é, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Espanha, Irlanda, agências de comunicação e de relações públicas que permanentemente promovam algum tema e ou assunto relacionado com Portugal;
A especial atenção para a segurança interna de pessoas e bens;
O facto de ter sempre presente a Qualidade. É cada vez mais um factor de escolha por parte dos Agentes de Turismo e essa escolha é obviamente um factor de interesse e de Defesa Nacional.
Não quero deixar de fazer referência a um problema absolutamente actual, que poderá destruir toda uma politica de anos e deixar a nossa economia numa situação algo penosa. Refiro-me ao Tratado de Schengen.
Com efeito, este Acordo, assinado em 14 de Junho de 1985, prevê que todas as pessoas, que entrem legalmente por uma fronteira exterior de um dos países contratantes, terão direito, em princípio, a circular livremente pelo território de todos eles, durante um período de três meses por semestre.
São 23 os países da U.E. (excepção para a Irlanda e Reino Unido), acrescidos da Islândia, Noruega e Suiça, que aplicam actualmente o Convénio Schengen.
No que respeita à Segurança, é fundamental debruçarmo-nos sobre os riscos que um país, enquadrado no perímetro deste Acordo, enfrenta com a entrada de turistas, eventualmente com intenções de destabilização da sociedade. Referimo-nos a eventuais atentados terroristas, à sua preparação ou ao refúgio de elementos pertencentes a grupos ou organizações filiadas no terrorismo internacional. É realmente um problema de segurança nacional, directamente proporcional ao aumento de entradas de turistas e para o qual as autoridades terão que ter a maior das atenções.
Evidentemente que sabemos que as autoridades estão alerta e que têm meios para combater este enorme problema, através da troca permanente de informações e actualização de dados entre os seus membros, mas a realidade é que qualquer atentado terrorista e ou a existência de "máfias" mais ou menos organizadas, que se dediquem à concretização de acções criminosas, pode deitar por terra anos e anos de trabalho na construção duma valência tão importante, mas tão sensível como é o Turismo.
O turista tradicional quer viajar em paz para sítios calmos e seguros; é essa a grande arma que Portugal tem. É a sua ainda reconhecida Segurança que distingue o nosso País dos mais directos concorrentes.

Autor

Vasco Novais Branco
Economista - Gestor de Empresas
Sócio nº 921/06 da AACDN

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Ministério da Defesa Nacional

Exército

Jornal do Exército

ANA Aeroportos de Portugal

Delta Cafés

O BPN é o Banco com lugar para todos

BPN

PT

REN Redes Energéticas Nacionais

Montepio

Fundação Luso-Americana

Vila de Cascais

Brisa

Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Évora

Herdade do Esporão

Enoturismo

Os CTT-Correios de Portugal têm por missão o estabelecimento de ligações físicas e electrónicas entre os cidadãos, a administração pública, as empresas e as organizações sociais em geral. A sua tradição postal será progressivamente reforçada e alargada às actividades e áreas de negócio onde a vocação logística e comunicacional da empresa possa ser eficientemente colocada no serviço dos clientes.

ctt

Município de Reguengos de Monsaraz

Rumo à Modernidade

Encontro Naci

24 a 26 de Ou

A AACDN elegeu este ano a vetusta cidade de Viseu para realizar o seu Encontro Nacional, que decorreu de 24 a 26 de Outubro.
***Interioridade, Desenvolvimento e Ordenamento do Território f*oi o tema seleccionado para ser apresentado, tratado e discutido por eminentes conferencistas, como se pode verificar através do programa que se reproduz na íntegra:**

24/10/2008
SEXTA-FEIRA

15H00 – Sessão de Abertura

Presidida por Sua Excelência o Secretário
de Estado-Adjunto e da Administração Local
Presidente da Câmara Municipal de Viseu
Governador Civil de Viseu
Presidente da Assembleia-Geral da AACDN
Presidente da Direcção da AACDN
Presidente do Conselho Fiscal

15H30 – Conferência Inaugural – *Interioridades*

Apresentação pelo Dr. Abílio Ançã Henriques

Conferencista: Dr. Fernando de Carvalho Ruas,
Presidente da Câmara Municipal de Viseu

16H00 – Pausa - Café

16H30 – Painel I – *A Interioridade*

Moderador: Prof. Doutor João Victor
da Silva Pereira

Conferencista: Mestre Luís Fernandes,
Docente da UCP Viseu
Turismo, Património e Interioridade

Conferencista: Eng. João José Nogueira
Gomes Rebelo,
Vice-Presidente da Câmara Municipal
de Coimbra
***Desenvolvimento e Interioridade –
Problemas/Oportunidades***

17H10 – Debate

**17H40 – Acto formal de Nomeação
do Conselho Directivo
da Delegação Regional do Norte**

**20H30 – Jantar patrocinado
pela Câmara Municipal de Viseu**

25/10/2008
SÁBADO

10H00 – Painel II – *O Desenvolvimento*

Apresentação pelo Prof. Doutor João Pedro
Antas de Barros

Conferencista: Prof. Doutor Diamantino Durão,
Reitor da Universidade Lusíada
***Implicações do Ensino Superior
no Desenvolvimento das Regiões***

10H40 – Pausa - Café

11H10 – Painel II – *O Desenvolvimento* (continuação)

Moderador: Dr. José António da Silva e Sousa

Conferencista: Eng. Paulo José
Namorado Nordeste,
Assessor do Presidente da PT SGPS - Inovação
***O Contributo da Inovação
em Telecomunicações
para o Desenvolvimento
da Região de Aveiro***

Conferencista: Dr. António Joaquim
Almeida Henriques,
Presidente do Conselho Empresarial

ional em Viseu

tubro de 2008

do Centro – Câmara de Comércio e Indústria (CEC – CCIC)
Região Centro, uma Nova Centralidade para o País

Conferencista: Prof. Doutor João Inês Vaz, Docente da UCP Viseu
Cultura e Património, Paradigmas de Desenvolvimento

12H20 – Debate

12H50 – Almoço de Trabalho (Átrio do Auditório)

14H30 – Painel III – *O Ordenamento do Território*

Moderador: Major-General Rodolfo Bacelar Begonha

Conferencista: Prof. Doutor Sidónio Costa Pardal, Docente da Universidade Técnica de Lisboa
Ordenamento do Território e Politicas de Segurança e Defesa Nacional

Conferencista: Prof. Doutor Manuel Lopes Porto, Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Tema alusivo ao Painel

15H30 – Debate

16H00 – Pausa - Café

16H30 – Conferência de Encerramento

Apresentação: Dr.ª Maria José Rebocho

Conferencista: Prof. Doutor João Manuel Machado Ferrão, Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades
Interioridade, Desenvolvimento e Ordenamento do Território

17H30 – Sessão de Encerramento

20H30 – Jantar da AACDN pelo seu 26º Aniversário

26/10/2008
DOMINGO

10H00 – Visita cultural ao Centro Histórico de Viseu

13H30 – Almoço

16H30 – Fim do Programa

Secretariado da AACDN – Miguel Fradique da Silva - 962 348 281
Maria Albertina Alves - 919 665 027
Emídio Martins - 936 360 463

Apoios e patrocínios:

Câmara Municipal de Viseu;
Escola Superior de Tecnologia de Viseu;
Visabeira Turismo;
Banco Português de Investimentos;
Montepio Geral;
Barraqueiro, Transportes, SA;
PSN – Prevensión Sanitaria Nacional;
Dão Sul, Sociedade Vitivinícola;
Estado-Maior do Exército

Reproduzem-se aqui as palavras eloquentes que o Presidente da AACDN proferiu na sessão de Abertura:

As nossas primeiras palavras são para agradecer as ilustres presenças dos membros do Governo que quiseram associar-se a esta iniciativa.

A presença de Sua Ex.ª o Senhor Secretário de Estado Adjunto da Administração Local constitui, para nós, subida honra, sobretudo quando do seu *curriculum* são salientes os aspectos que o creditam como um especialista no âmbito dos assuntos que aqui vamos tratar.

Ao Senhor Presidente da Câmara de Viseu e mui ilustre Presidente da Associação Nacional de Municípios, queremos exprimir o nosso sincero reconhecimento pela disponibilidade com que colocou a Câmara, que tão ilustremente preside, para a realização deste Encontro, sobretudo tendo em conta os tempos bem difíceis com que nos deparamos. Permita-me, Senhor Presidente, realçar um dos seus colaboradores, o Senhor Dr. José Moreira, ilustre assessor do Pelouro da Cultura, pela forma incansável como procurou dar corpo aos nossos pedidos.

É igualmente da mais basilar justiça agradecer ao Senhor General Fernando Aguda, antigo Comandante do Regimento de Viseu, pelos conselhos e pelos contactos com que nos privilegiou para o início desta realização, bem como ao Senhores Presidentes do Politécnico e, sobretudo, da Escola Superior de Tecnologia de Viseu, de terem autorizado a realização deste evento nestas magníficas instalações.

Nesta longa lista de pessoas de boa-vontade, cabe igualmente salientar o Senhor Eng.º João Rebelo, ilustre Vice-Presidente da Câmara de Coimbra, e o Senhor Prof. Doutor Silva Pereira, nossos ilustres colegas da Associação da Delegação do Centro.

Por este espaço ser demasiadamente público para ser espontâneo e insuficiente para expressar o nosso reconhecimento, diremos apenas que tudo quanto aqui fosse dito não exprimiria a gratidão por tudo quanto devemos a V. Ex.as.

É timbre da nossa Associação trazer a debate assuntos que, por serem de génese ou de envolvimentos complexos, possibilitem aos Associados uma clarificação e um conhecimento mais aprofundado sobre os mesmos.

Estamos cientes de que, se por um lado o problema da delimitação dos assuntos ou áreas, em qualquer vertente do conhecimento, é passível de criar constrangimentos, por outro, uma vez os mesmos abertos ao debate, é poderem levar à tentação de generalizações verbosas e à exposição de longos esquemas teóricos que, em tese, embora de roupagem interessante, se mostrem inconclusivos.

Daí que a assumpção da tríada *Interioridade, Desenvolvimento e Ordenamento do Território*, de elementos nucleares teoricamente distintos, se apresente com uma dialéctica contextual de continuidade ou de ponte, furtando-se, deste modo, à tentativa atrás enunciada.

Discutir o termo *Interioridade* é discutir uma ambiguidade. Nele tanto transparece a qualidade do íntimo e dos fenómenos relacionadas com a alma, como da profunda ligação à natureza, ao que nos rodeia, ou que nos é exterior. Também nos pode sugerir o permeio, a ligação, como, paradoxalmente, a descontinuidade ou o passageiro.

Quando se aborda o tema *Interioridade*, antes do mais, importa saber de que *Interioridade* se fala. Concretizando, se fácil é dizer que as regiões de Vila Real, Lamego, Viseu, Évora, por exemplo, são zonas do interior, será que podemos colocar Valença, Chaves e Bragança, do designado interior profundo, bem como

Elvas, dentro da mesma esquadria, ou abrir uma subdivisão e designá-las por zonas fronteiriças? Sendo zonas de fronteira, será que as poderemos incluir na mesma alínea das cidades-regiões portuárias que, pelo facto de estarem junto ao mar não deixam de ser fronteiras, ou deveremos manter, tal como na classificação das espécies, os dois grupos taxinómicos – o de fronteiras terrestres e o de fronteiras marítimas? Ou seja, o que as distingue, remete-se a uma mera questão de localização, ou estão-lhe subjacentes aspectos geográficos em toda a sua amplitude designativa? A verificar-se a última asserção, significa olhar estas diferentes regiões, não sob um aspecto estático, mas dotando-as de uma organicidade comportamental própria.

Por outro lado, a partir de que distância da orla marítima (e será que se trata, na verdade, de um problema de distâncias?) se pode falar de interior, ou, de forma inversa, a partir de que distância, da região fronteiriça territorial, a ser considerada, se deve aplicar o termo interior, bem como para que distâncias se concebe a extensão das respectivas orlas?

Por absurdo, apeteceria, então, colocar a questão: afinal, onde se encontra a região de Portugal sem qualquer adjectivo ou designação?

Uma vez ultrapassados os problemas de semântica topográfica, importa caracterizar os factos e os fenómenos justificativos da designação de zona interior e, inerentemente, da respectiva qualidade – a *Interioridade*. Se ao primeiro dos termos lhe estão apensas, por exemplo, as características orográficas e da composição dos solos, as climatéricas e as agro-pecuárias, ao segundo importam as sócio-culturais, as religiosas e as referentes aos tipos de actividade relacionados com a condição de interior – desde o comércio à industria e da cultura ao lazer.

Neste âmbito, permitam-me novamente pôr a questão: se imaginarmos uma zona axial de Chaves a Albufeira, será de considerar esse eixo divisível em várias regiões, ou o mesmo se apresenta como que constituindo uma unidade?

O verificar-se a não partição axial, corresponderia à hipótese nula (H_o) de não fazer sentido saber de que interioridade se estaria a falar.

Resta, por último, delinear uma metodologia prospectiva e concomitantemente objectiva que vise o desenvolvimento harmónico, a estabilização/fixação e o bem-estar das populações.

Quaisquer políticas de desenvolvimento que remetam o Homem para um papel secundário, que o não tenham em conta de verdadeiro agente do desenvolvimento, são más políticas e, mais cedo ou mais tarde, encontram-se condenadas ao fracasso.

Eis, então, minhas Senhoras e meus Senhores, o desafio a que a AACDN pretende dar resposta com a ajuda dos nossos prelectores convidados.

Só me resta agradecer, uma vez mais, a presença de todos vós que, não regateando sacrifícios, se dispuserem a deslocar-se até a esta vetusta, mas bela, cidade de Viseu. Penso que irão dar por bem empregue o tempo disponibilizado para este Encontro.

A Escola em Crise de Identidade

A alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, levada a efeito pelo Governo, constituiu a gota de água que fez transbordar o copo da nossa tolerante bonomia e complacência perante a degradação cada vez mais acelerada do que resta do ensino em Portugal.

Mais grave ainda, é o seu contributo para a agudização da crise de identidade que afecta hoje a Escola. Na verdade, em vez de se empenhar na produção de medidas que em nada contribuem para a recuperação da qualidade pedagógica e do rigor científico do ensino, era preferível que a equipa ministerial responsável pelo sistema escolar começasse por tomar um salutar banho de humildade e parasse para reflectir sobre o estado caótico em que se encontra hoje a Escola em Portugal.

Tomado o banho sugerido e feita a paragem proposta, seria, então, chegado o momento de procurar indagar das causas reais e profundas que a empurraram para a gravosa situação de crise identitária em que mergulhou.

Uma vez concretizadas tais operações, é provável que tivesse adquirido conhecimentos e competências que lhe permitissem encontrar a maneira mais sábia e eficaz de colaborar na construção da identidade da Escola que se pretende para ajudar a encaminhar os Portugueses na preparação do seu futuro como nação com identidade cultural própria no espaço político da Europa que queremos integrar.

Estamos convencidos de que este exercício se impõe com urgência, porque é hoje manifesta a dificuldade em definir objectivamente o que é a Escola, uma vez que cada grupo de interesses a define e perspectiva a seu bel-talante, a partir da utilidade que nela vê para satisfação dos objectivos que almeja. Senão, vejamos.

Para os pais, a Escola é o espaço onde, durante o dia, depositam os filhos de cuja educação abdicaram pelas mais díspares razões, esperando que ela desempenhe as tarefas de que se exoneraram, e aonde, a título de alívio para a consciência auto-incriminada, vão prepotentemente reclamar exigências sem justificação nem nexo. É uma *definição social* de Escola.

Para os pseudo-empresários, a Escola é a olaria onde se devem moldar e fabricar profissionais robotizados e acríticos, capazes de assegurarem um elevado índice de produtividade a troco de baixo custo, garantindo, assim, as mui escandalosas e exorbitantes margens de lucro que lhes permitem a exibição de agressivas ostentações mundanas com que pretendem afirmar-se e impor-se socialmente. É uma *definição tecnicista* de Escola.

Para os políticos, em particular para os que têm a responsabilidade da governação do País, a Escola constitui o instrumento submisso e dócil que executa, fornece e faculta a manipulação de números e dados estatísticos com que, junto de vários organismos internacionais, pretendem mostrar formalmente o que substantivamente está longe de ser alcançado: índices de desenvolvimento social, cultural, escolar, académico e científico que não envergonhem o País no concerto das nações civilizadas. É uma *definição demagógica* de Escola.

Para os dirigentes e burocratas da Administração Pública, em especial a que respeita à administração do sistema educativo, a Escola é o espaço que vão entulhando com despiciendos despachos, circulares e notas de serviço, convencendo-se, deste modo, de que exercem o poder que julgam possuir e não possuem, ou seja, o poder das correias de transmissão que ocupam espaço, consomem tempo, pervertem mensagens, retiram eficácia e fazem perder funcionalidade, o poder de impor regras burocráticas que atrapalham e impedem o normal desenvolvimento da actividade pedagógica. É a *definição burocrática* de Escola, cujo sentido primacial é o de privilegiar e impor o império da Burocracia sobre o reino da Pedagogia.

Para os professores, hoje a Escola é o espaço repulsivo onde sentem e vivem o receio e a angústia de dele se aproximar e entrar; onde têm plena consciência de que, "por dá cá aquela palha", se sujeitam a ser barbaramente desrespeitados, ofendidos, achincalhados e agredidos oral e fisicamente por alunos e pais; onde se reconhecem impotentes para exercerem a autoridade delegada que o Estado perdeu e não é capaz de recuperar onde, por força da inabilidade de políticos, técnicos, legistas, burocratas e críticos, têm consciência da vanidade do seu esforço heróico, da ineficácia das aulas que dão, da pura perda de tempo em que consiste a sua estada ali a ver passar as horas inutilmente, mas aonde diariamente têm de se deslocar para justificar o sofrido vencimento que auferem e a que têm jus. Esta é, posto que a contragosto e contrária à perspectiva da dimensão humana da actividade docente, a *definição utilitarista* de Escola, que decorre da hodierna visão economicista do Mundo e da vida, a partir da qual a Economia se assumiu como religião e o dinheiro o seu deus.

Para os alunos, a Escola é o espaço privilegiado para curtir a liberdade das manifestações primárias da vida, da aplicação livre do conhecimento instintivo cujas práticas os pais não souberam, não puderam ou tão-só não quiseram contrariar, corrigir, educar, dirigir e sublimar em tempo oportuno e adequado; o espaço vazio em que passam, ostensiva e provocatoriamente, ao lado do conhecimento científico a adquirir, aplicar e construir; o espaço em que fazem gala de manifestações soezes, exibindo fanfarradas sobre fenómenos mal assimilados do conhecimento empírico. É uma *definição lúdica* de Escola, sobre a qual repousa tranquila a responsabilidade do Estado perante o incumprimento da sua obrigação constitucional de colaborar com os pais na educação dos filhos.

A Escola é – impõe-se que seja – o espaço científico-cultural ao serviço do desenvolvimento integral da pessoa, de cada pessoa em concreto. A Escola tem de ser o local onde se transmite, adquire, aplica e constrói conhecimento

Ora a Escola não é, não pode ser, mero instrumento ao serviço de grupos de interesses divergentes e contraditórios.

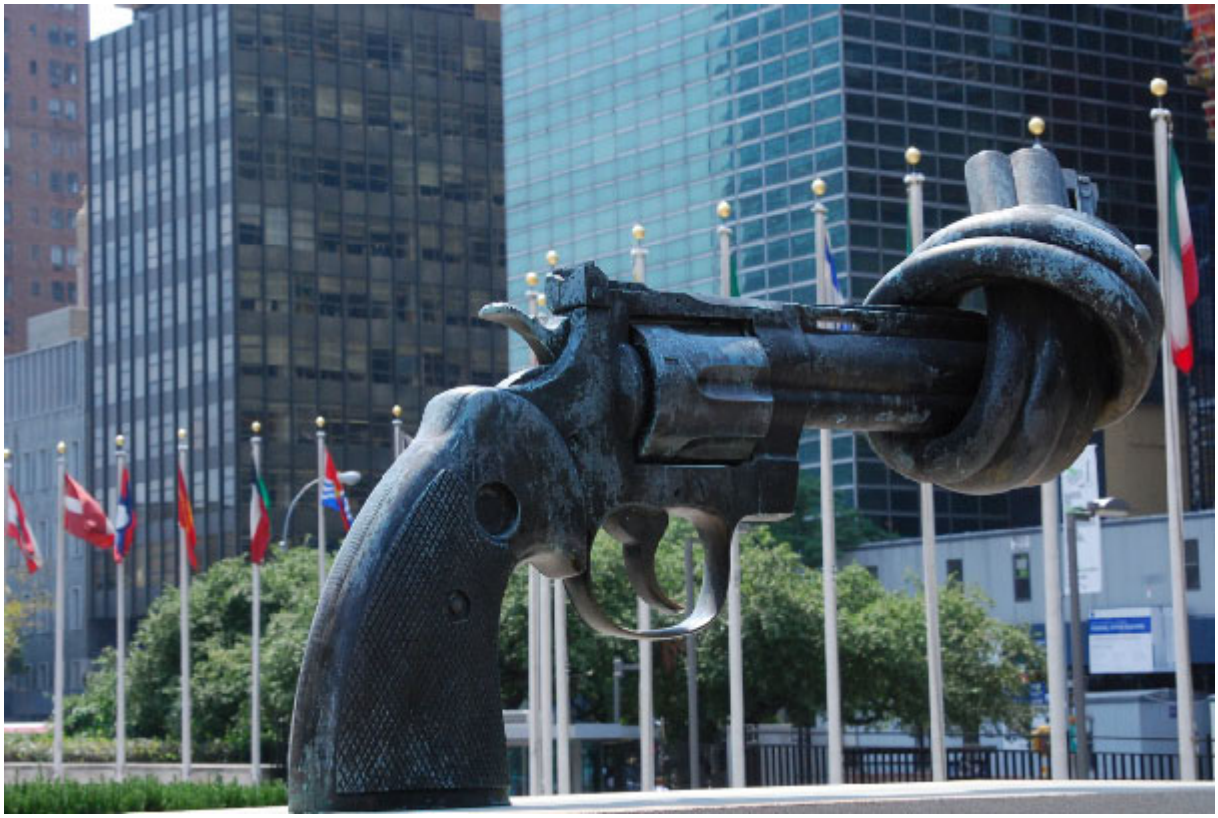
A Escola é – impõe-se que seja – o espaço científico-cultural ao serviço do desenvolvimento integral da pessoa, de cada pessoa em concreto. A Escola tem de ser o local onde se transmite, adquire, aplica e constrói conhecimento. A Escola é forçoso e urgente que seja o espaço onde se aprende a aprender, a conhecer, a fazer, a conviver e a ser.

A Escola, para cumprir a sua missão de promover o desenvolvimento integral de cada pessoa, não pode ser a escola massificada e facilitista voltada para a *formação* do "homem social", nem a escola mercantilista com a preocupação de *formar* o "homem económico".

Não. A Escola, para cumprir com rigor e eficácia o que se lhe exige, tem de ser uma escola personalista, apta a contribuir com o conhecimento nela transmitido, adquirido, aplicado e construído para a formação do "homem cultural".

Autor

Pinho Neno
Mestre em Ciências da Educação
Sócio nº 572/96 da AACDN



Um balanço sobre as actividades das Nações Unidas

A Carta das Nações Unidas atribui à Organização quatro objectivos principais:
manter a paz e a segurança internacionais;
fomentar a amizade e o bom relacionamento entre as nações;
defender a cooperação como solução para os problemas internacionais; e
desenvolver e afirmar o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais

A Carta das Nações Unidas atribui à Organização quatro objectivos principais: manter a paz e a segurança internacionais; fomentar a amizade e o bom relacionamento entre as nações; defender a cooperação como solução para os problemas internacionais; e desenvolver e afirmar o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. Cumprir esses objectivos nem sempre tem sido fácil, pois é impossível harmonizar os pontos de vista e os interesses de todos os seus membros, o que, com frequência, tem impedido a realização de progressos ou a adopção de algumas medidas.

Passados mais de sessenta anos sobre a sua criação, é possível afirmar que a ONU conseguiu alcançar os seus objectivos? Qual o balanço que podemos fazer sobre a sua actuação?

Muitos pensam que a sua existência é imprescindível, apesar de ser marcada por muitos desaires e insucessos. Para outros, especialmente nos Estados Unidos, a organização é irrelevante e ineficaz e é um desperdício de recursos. Um dos grandes dilemas que a organização enfrenta é saber até onde a ONU pode agir no sistema internacional sem entrar em choque com os interesses das grandes potências, principalmente com os Estados Unidos. Esse choque ficou evidente – e chegou, inclusive, a questionar a própria razão de existir da Organização – quando os Estados Unidos decidiram invadir o Iraque, em 2003, apesar do veto do Conselho de Segurança e das tentativas de uma saída mediada e negociada para o conflito.

Ameaçada e enfraquecida, a Organização conseguiu superar a crise e actualmente cumpre um papel fundamental na reconstrução do Iraque. Nos meses que precederam a invasão, os EUA tentaram obter do Conselho de Segurança uma resolução que previsse explicitamente o recurso à força e voltaram a recorrer à Organização após a intervenção militar, para obter a colaboração da ONU na reconstrução do país. Este episódio demonstra que a ONU não é o simples reflexo e instrumento de legitimação dos interesses das grandes potências internacionais. É uma visão redutiva apresentá-la como apenas uma marioneta nas mãos dos mais fortes. O caso do Iraque demonstra precisamente o quanto os EUA tentaram evitar uma acção unilateral, através da obtenção do beneplácito da Organização.

A ONU não foi sempre, como se pretendeu no artigo 1º §4, "um centro para harmonizar a acção das nações para a consecução desses objectivos comuns". A própria concepção da Carta estava baseada num entendimento consensual entre as superpotências, que se desmoronou rapidamente no pós-Guerra. Durante a longa Guerra Fria que se seguiria, a Organização viu as suas tarefas confinadas à lógica da disputa de poder e à geopolítica, determinada pelas potências, e frequentemente desempenhou um papel pouco representativo como organismo de regulação internacional. O meio século caracterizou-se pelo confronto entre as superpotências, o que condicionou, directa ou indirectamente, todas as actividades da Organização. O Conselho de Segurança era frequentemente tolhido pelo uso do poder de veto pelas duas superpotências.

A ONU muitas vezes não foi consultada para tarefas que a Carta lhe cometia, como, por exemplo, lidar com as ameaças à segurança internacional. Apesar das suas importantes falhas, a actividade da Organização durante a Guerra Fria não foi dispensável, mesmo no que se refere à sua função essencial relativa à manutenção da paz e da segurança

A ONU muitas vezes não foi consultada para tarefas que a Carta lhe cometia, como, por exemplo, lidar com as ameaças à segurança internacional. Apesar das suas importantes falhas, a actividade da Organização durante a Guerra Fria não foi dispensável, mesmo no que se refere à sua função essencial relativa à manutenção da paz e da segurança. Ela funcionou muitas vezes como um subterfúgio para que as facções envolvidas em conflitos pudessem aceitar decisões politicamente arriscadas de recuo na confrontação. A ONU permitiu frequentemente às partes encerrar episódios de guerra inconclusivos sem perder a face. Muitas vezes, foi na ONU que se fizeram arranjos que permitiram evitar derrotas totais ou a intensificação dos confrontos, ao ponto de envolver as superpotências, e que foram criadas as condições para a pacificação ou redução das tensões. A organização foi palco do confronto ideológico, mas nunca deixou de agir como promotora de negociações.

A ONU não é um supergoverno: é uma organização intergovernamental que depende da cooperação dos Estados para a prossecução dos seus objectivos. Ela é o resultado da vontade política de cada um dos países membros. A Organização nunca exerceu plenamente as suas prerrogativas e funções, por não ter força própria e por depender do poder de veto das cinco potências, membros permanentes do Conselho de Segurança. A relevância e o papel da ONU estiveram e estão presos à configuração unilateral ou multipolar da nova ordem mundial.

A quem aponta os malogros da ONU, também é preciso sublinhar que a Organização não funciona no vazio: na concretização de suas metas, a ONU, fundada sob condições determinadas, apresenta limites estruturais. Ela necessita de meios comensuráveis com os objectivos que se propõe alcançar. A ONU enfrenta há mais de uma década uma crise financeira sem precedentes, devido ao atraso no pagamento das contribuições dos membros. Alguns críticos mais conservadores, principalmente nos EUA – por sinal, o país que mais contribui para o défice financeiro da organização – defendem que o melhor seria a organização fechar as suas portas.

A ONU enfrenta há mais de uma década uma crise financeira sem precedentes, devido ao atraso no pagamento das contribuições dos membros

Os problemas e as dificuldades do mundo de hoje, da resolução de conflitos, até à luta contra a pobreza e o combate contra o HIV/SIDA, têm deixado claro que a ONU é mais necessária do que nunca. A Organização desempenhou um papel fundamental no processo de descolonização e acessão à independência de grandes partes da África e da Ásia actual. Contribuiu com os seus esforços em prol da paz e da reconciliação em dezenas de conflitos armados e guerras internas. A resolução das guerras civis na América Central e os processos de independência da Namíbia, Cambodja e Timor Leste são algumas das suas contribuições mais positivas à paz internacional. A ONU recebeu na sua história seis Prémios Nobel na área da paz – facto que é frequentemente menosprezado.

A ONU trouxe para o cenário internacional a agenda dos temas sociais. Ela cobre um leque vastíssimo que vai de temas como o desenvolvimento, os Direitos do Homem (incluindo das minorias, mulheres, crianças e povos indígenas), até ao ambiente e à luta contra as doenças infecciosas. Uma das virtudes inegáveis da ONU é o ter sabido reinventar-se e ir de encontro às grandes temáticas que, em dado momento, afligem a comunidade internacional. A ONU pode agir como centro de irradiação em relação aos países membros para facilitar o encontro de um equilíbrio entre as sensibilidades particulares de cada um e os problemas globais.

Uma das causas mais importantes da ONU é a da protecção e promoção dos Direitos do Homem. Essa é uma luta que a ONU trava desde 1948, com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem. De acordo com Stéphane Hessel, que trabalhou com Eleanor Roosevelt na Declaração, os Direitos do Homem são "aquilo que torna a segunda metade do século XX num momento tão importante da História mundial"[1] .

A Organização das Nações Unidas desempenhou um papel notável da elaboração do pensamento sobre desenvolvimento, em particular na elaboração de certos conceitos (como "necessidades básicas" e "índice de desenvolvimento humano") na definição de metas (como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio). O pensamento económico da ONU foi particularmente original nos seus primeiros vinte e cinco a trinta anos de vida. Pela ONU passaram muitos Prémios Nobel da Economia (Jan Tinbergen, Ragnar Frisch, Gunnar Myrdal, Wassily Leontief, James E. Meade, W. Arthur Lewis, Richard Stone, Lawrence Klein, Theodore W. Schultz e Amartya Sen), nomes sonantes que dedicaram à Organização uma parte importante ou a totalidade da sua vida profissional.

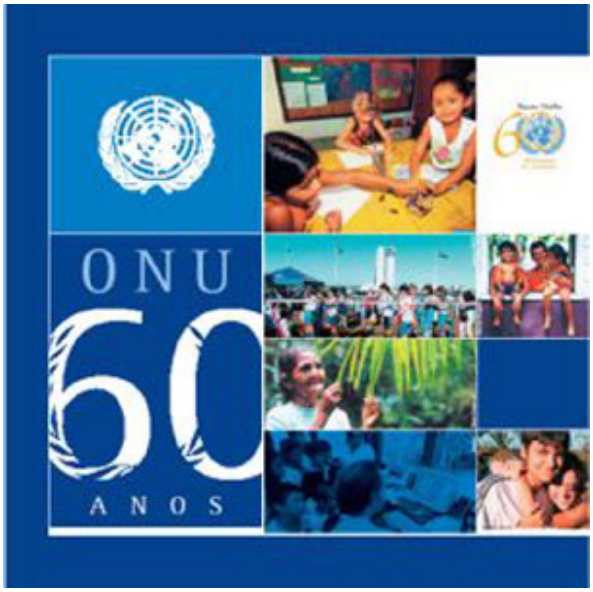
Em virtude do crescimento do seu papel ao longo das últimas seis décadas na salvaguarda da paz e segurança mundiais e na promoção do desenvolvimento social da humanidade, a ONU tornou-se um importante actor internacional. A comunidade internacional, através da ONU, tem lidado com uma série de problemas urgentes, tais como a eliminação da pobreza, as alterações climáticas, o desarmamento e prevenção da proliferação, a protecção dos Direitos Humanos e a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Contudo, a importância do papel da ONU na arena da internacional tem sido submetida a dura prova, como a rivalidade entre as superpotências na Guerra Fria e o unilateralismo americano no pós-11 de Setembro.

Ao longo desses sessenta e três anos, a Organização tem mostrado também suas limitações em muitas ocasiões, em conflitos como os africanos e nos Balcãs. A prevenção da guerra e o estabelecimento da paz dependem cada vez mais da ampla participação e dos esforços conjuntos da comunidade internacional e da coordenação e da intervenção necessária do sistema multilateral centrado na ONU. A globalização que varre o planeta veio justamente reiterar a importância desta Organização internacional e do multilateralismo.

A ONU precisa de novos mecanismos para o financiamento do desenvolvimento. A Organização deve encontrar uma solução para o problema da dívida dos países mais pobres, cujos rendimentos estão comprometidos pelo pagamento da dívida ao estrangeiro. A ONU deve relançar a ajuda pública ao desenvolvimento e promover a abertura dos mercados aos países pobres.

No plano político, a "responsabilidade de proteger" é um conceito político e jurídico muito importante, que se enriqueceu progressivamente ao longo das seis décadas de existência da ONU, que tomou forma recentemente, e que remete, no seu núcleo fundamental, para a preeminência da dignidade do ser humano em relação ao Estado ou qualquer sistema ideológico. A ONU deve ter a coragem de prosseguir os debates acerca dos modos de aplicação e das consequências práticas do princípio da "Responsabilidade de proteger".



... a ONU procura, ao celebrar 60 anos, reinventar o seu espírito e a sua missão, adequando os seus princípios fundadores à realidade geopolítica, económica e social do século XXI. O tom do debate foi definido pelo Secretário-Geral, Kofi Annan, que num ambicioso documento apresentou a sua visão para as Nações Unidas do novo milénio

Confrontada com uma crise de credibilidade sem precedentes na sua história, depois da divulgação do escândalo de corrupção no programa "Petróleo por Alimentos", do fiasco no Conselho de Segurança em impedir a guerra no Iraque e dos casos de abusos sexuais perpetrados por capacetes azuis, a ONU procura, ao celebrar 60 anos, reinventar o seu espírito e a sua missão, adequando os seus princípios fundadores à realidade geopolítica, económica e social do século XXI. O tom do debate foi definido pelo Secretário-Geral, Kofi Annan, que num ambicioso documento apresentou a sua visão para as Nações Unidas do novo milénio.

O Secretário-Geral definiu quatro grandes áreas onde inscreveu várias propostas concretas: o desenvolvimento e a redução da pobreza; a democracia e os Direitos Humanos; a segurança e o contraterrorismo; e, por fim, a reforma institucional. A cimeira anual de Setembro de 2005 falhou em aprovar as reformas.

O debate contemporâneo mais aceso é o que diz respeito a possíveis mudanças na estrutura do Conselho de Segurança, o principal órgão da entidade e instância responsável pelas decisões finais, no que se refere à paz mundial. O mundo mudou, dizem os críticos, e há uma série de outras potências com funções regionais muito importantes, e a ONU deve acompanhar essa evolução e democratizar suas estruturas de funcionamento.

O registo dos EUA em multilateralismo em geral e da ONU em particular foi de *mixed messages* durante todo o século XX. A predominância militar dos EUA e as suas actuais preferências para usar sanções e o uso da força fazem os outros Estados receosos do poder e das intenções dos EUA. Isto tem consequências, tanto para a força do papel da ONU, como para a capacidade e boa vontade dos EUA em fornecer a liderança necessária para questões como a intervenção humanitária no Darfur, controlar o programa nuclear do Irão e apoiar operações de *peacebuilding* no Afeganistão, Kosovo e Iraque.

[1] Cit. Louis Emmerij et al., *Ahead of the Curve? UN deas and Global Challenges*, Bloomington, IN, Indiana University Press, 2001, p. 215.

Autora

Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho
Sócia nº 778/00 da AACDN

Acontecimentos & Actualidades

Novo Conselho Directivo da Delegação Regional do Norte

No passado dia 27 de Setembro, realizou-se na Delegação do Porto do Instituto de Defesa Nacional uma Reunião Geral de Associados da Região Norte, assim dando a Direcção da AACDN cumprimento ao deliberado em Assembleia Geral extraordinária, de 11 de Julho do presente ano.

Ainda de acordo com o decidido na referida Assembleia Geral extraordinária, a Reunião Geral de Associados da Região Norte teve por propósito a constituição do Conselho Regional do Norte, ponto único da respectiva ordem de trabalhos.

A reunião foi presidida pelo Presidente da Direcção, General Silveira Sérgio, que conduziu os trabalhos. Da Direcção estiveram ainda presentes o Vice-Presidente da Direcção, Dr. Francisco Marques Fernando, a Secretária da Direcção, Dra. Dorinda Vagos Gomes, e o Secretário Executivo da AACDN, Coronel Miguel Fradique.

Estiveram presentes 16 associados da Região Norte que, depois de forte debate, votaram favoravelmente uma proposta no sentido do Conselho Regional ser composto por todos os associados presentes. Assim, entendeu a assembleia que, perante a omissão do Regulamento das Delegações Regionais quanto ao modo de constituição do conselho regional, esta seria uma forma de ultrapassar o impasse e de permitir a indicação dos membros do conselho directivo da Delegação Norte. Os Associados presentes manifestaram ainda a viva necessidade de ser constituída uma comissão para rever o regulamento das delegações regionais, até ao final do mandato dos actuais corpos sociais da AACDN. Frisaram os Associados que seria importante que o próximo Conselho Directivo fosse já constituído de acordo com novas regras, mais claras e mais actuais.

Esta preocupação esteve, de resto, patente na Assembleia Geral extraordinária de 11 de Julho, na qual foi também deliberado que a Direcção deveria promover a constituição de um grupo de trabalho para elaborar um novo regulamento das delegações regionais.

Uma vez constituído o Conselho Regional, este realizou, de seguida, a sua primeira reunião, com o propósito de indicar à Direcção a composição do Conselho Directivo.

O Conselho Directivo da Delegação Regional do Norte foi nomeado pela Direcção da AACDN no dia 24 de Outubro, em cerimónia realizada em Viseu, no âmbito do Encontro Nacional da AACDN, com a presença de todos os corpos sociais da AACDN, do Presidente da Delegação Regional de Coimbra e dos muitos associados que participaram neste evento.

A Delegação Regional do Norte é composta pelo Professor Doutor João Pedro Antas de Barros, que preside, pela Professora Doutora Maria Sampayo e pelo Dr. Luís Maia, sendo o respectivo mandato coincidente com o dos órgãos sociais da AACDN.

Sábados Culturais

1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-18
19-20-**21**-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31

Janeiro-Fevereiro-Março-Abril-Maio
Junho-Julho-Agosto-Setembro-Outubro
Novembro-Dezembro **2008**

Museu do Oriente

Sábado, 21 de Junho, foi o dia escolhido para visitar o Museu do Oriente.

Com efeito, um agradável grupo de Auditores, composto também por familiares e amigos, foi dividido em dois subgrupos que foram magnificamente elucidados por dois guias do Museu do Oriente: o Dr. Alexandre Fernandes e a Dr.ª Isabel Correia.

O Museu do Oriente, pensado desde a criação da Fundação do Oriente, tem por missão a valorização dos testemunhos da presença portuguesa na Ásia e a divulgação da variedade e riqueza das diferentes culturas asiáticas Portugal, primeiro país europeu a chegar aos mais distantes portos orientais, teve, ao longo dos séculos, um papel pioneiro na globalização.

No Museu do Oriente encontra-se o espaço que expõe os testemunhos da presença portuguesa na Ásia e da realidade material de diversas culturas asiáticas.

O Museu do Oriente está organizado em torno de duas grandes exposições permanentes, mostradas nos pisos 1 e 2 do edifício.

No piso 1 encontra-se a exposição constituída por objectos artísticos e documentais, reunidos ao longo dos anos pela Fundação Oriente. Integra várias peças de excepcional valor, com destaque para os diversos biombos chineses e japoneses dos séculos XVII e XVIII; para as várias peças de arte namban, para uma colecção de peças de porcelana brasonada da Companhia das Índias; e para um significativo acervo relacionado com as culturas dos povos de Timor,

No piso 2 mostra-se a exposição "Deuses da Ásia", organizada a partir do grande acervo da Colecção Kwok On, constituído por mais de treze mil testemunhos das

artes performativas de toda a Ásia e das grandes mitologias e religiões populares de que essas artes são expressão. Dada a sua representatividade, é considerada uma das mais importantes no género à escala europeia, possuindo exemplares de notável qualidade e de grande espectacularidade.

Exuberantes, quer pela policromia, quer pelo exotismo, as peças de "Deuses da Ásia" são muito apelativas. Trajes, marionetas, máscaras, pinturas, objectos rituais, lanternas, dragões, jogos e estátuas contam estórias, lendas e crenças ao longo do percurso expositivo.

Mais uma vez, foi um sàbado cultural coroado de êxito.

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

Horácio Maia e Costa nasceu na aldeia de Vilarinho, do concelho de Coimbra, em 9 de Dezembro de 1931. Concluiu a licenciatura em Engenharia de Minas no ano de 1957 com a nota de 16 valores (distinção).

Apurado para o Serviço Militar, realizou na Arma de Engenharia, a partir de 1957, o Curso de Oficiais Milicianos e, por ter sido o 1º classificado e já estar licenciado, foi colocado no Batalhão de Engenharia 3, em Santa Margarida, e integrado nos quadros da OTAN.

Ao terminar o Serviço Militar Obrigatório, foi convidado para Assistente da Faculdade de Engenharia (FEUP), tendo aceitado. Em 1960 obteve uma Bolsa de Estudos da Fundação Calouste Gulbenkian e durante 1963, com uma Bolsa de Estudos da INVOTAN, fez um Estágio, visando o doutoramento, no Institut de Recherches de la Sidérurgie Française, em Maizières-les-Metz (França). Fez provas de Doutoramento em 1966, tendo sido aprovado. Por isso, quando foi mobilizado para o Ultramar como Capitão de Engenharia, era já doutorado e estava contratado como Primeiro Assistente na FEUP.

Em 1975, apresentou-se a concurso de provas públicas para ocupar um lugar do Quadro de Professor Catedrático. Foi dispensado da prestação de provas, por unanimidade do Júri, e veio a ser empossado no cargo nesse mesmo ano.

Em 1977, candidatou-se numa lista para a Assembleia de Representantes da FEUP tendo sido eleito. Depois, nesta Assembleia candidatou-se a Presidente do Conselho Directivo da FEUP tendo sido o eleito. Em 1978, foi Vice-Reitor da Universidade do Porto.

Foi consultor de Minas de Vila Cova (Marão). Integrou uma equipa dos Serviços de Geologia e Minas de Angola, que estudou os jazigos de ferro designados por Cassala-Quitungo, visando a sua exploração.

Integrou a equipa que estudou o Jazigo de Ferro de Moncorvo visando o enriquecimento do minério e a sua ulterior exploração.

Mais tarde (1980), foi convidado pelo Ministro do Trabalho e do Emprego a projectar o reinício do ensino profissionalizante em Fundição o que determinou a necessidade de projectar, construir e pôr a funcionar o Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição (CINFU) onde, em novas e modernas instalações, foram reunidas as melhores tecnologias conhecidas para a implementação da qualidade e do projecto de peças fundidas de elevado conteúdo científico. Na sua qualidade de Vice-Reitor, presidiu, a partir de 1980, a uma Comissão encarregada de criar um centro de investigação na área dos materiais, actualmente designado por CEMUP, que iniciou em Portugal estudos recorrendo à Microscopia Electrónica de Varrimento (MEV), que vem prestando um muito valioso contributo para a investigação e caracterização de materiais. Foi seu Director entre 1980 e 2000.

Foi eleito Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros para o triénio 1996-1998

Publicou algumas dezenas de trabalhos de investigação e de desenvolvimento e participou em muitos congressos e outras manifestações técnicas e científicas, em Portugal e no estrangeiro.

Fez o 1º Curso de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional leccionado no Porto, em 1987-1988, e tornou-se a seguir sócio da AACDN, o que considera ser uma mais-valia no seu currículo. Foi Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da AACDN, tendo "negociado" com a Direcção Nacional o Estatuto que passou a reger este Conselho.

É membro Conselheiro da Ordem dos Engenheiros, membro da Academia de Engenharia e membro fundador da Sociedade Portuguesa de Materiais.

AQUI DENTRO ESTÁ TUDO O QUE UMA EMPRESA PRECISA PARA COMUNICAR.

*Preço com IVA a 21%: €84,70 por mês por utilizador (para 5 utilizadores). Custo de adesão: €150 | Preço sem IVA a 21%: €181,50. Condições exclusivas para empresas, com contrato de 36 meses, válidas à data de edição desta publicação.

Voz Fixa - Voz Móvel - Internet Fixa - Internet Móvel

€ 70/mês + IVA por posto de trabalho*, incluindo:

- Telemóvel
- Telefone fixo
- Central Telefónica
- Computador
- Placa banda larga
- Router
- Anti-vírus grátis, durante 3 meses

Ligue já **800 96 00 00** ou vá a **www.tmn.pt**

tmn negócios

PT Comunicações